



Alocução como representante do júri do Prémio de História Contemporânea – 1998 José Medeiros Ferreira

Foi-me atribuída a honrosa missão de pronunciar algumas palavras em representação do júri deste ano do "Prémio de História Contemporânea", justamente conhecido por **Prémio de História Victor de Sá**.

Embora no meio do tumulto de tantos afazeres de natureza diferente é com muito gosto que estou aqui presente como membro do júri pelo Conselho Cultural da Universidade do Minho sob a esclarecida presidência do Professor Lúcio Craveiro da Silva. Desse júri fizeram também parte os meus colegas e amigos os Prof. Doutores Norberto Gonçalves da Cunha e Jorge Fernandes Alves, da Universidade do Minho e da Universidade do Porto respectivamente. Na nossa reunião do passado dia 16 de Novembro constatámos a boa qualidade de uma dezena de trabalhos apresentados a concurso, o que por si só já constitui um primeiro prémio à importância atribuída pelos jovens investigadores nacionais a este concurso.

O júri este ano resolveu inovar e atribuir o Prémio Victor de Sá a dois concorrentes em situação ex-aequo, o que colocou alguns problemas regulamentares não previstos. Por um momento os membros do júri tiveram a impressão que estavam a transgredir um daqueles códigos não-escritos que sustentam as instituições mais perenes! Mas até nisso nos sentíamos irma-

nados pelo espírito insubmisso do patrono do prémio de História Contemporânea atribuído pelo Conselho Cultural da Universidade do Minho – o Prof. Doutor Victor de Sá. E a proposta unânime do júri foi considerada conforme os regulamentos do concurso. Ainda bem!

De facto, o prestígio do Prémio Victor de Sá já serve de barómetro sobre o estado da investigação em história contemporânea no nosso país, e de estímulo para a apreciação dos campos de estudo a cultivar. Ao atribuir o Prémio em ex-aequo a uma obra de história social sobre o séc. XIX e a uma obra de história política e cultural que se ocupa de um período preciso do século XX, foi intenção do júri não só distinguir dois trabalhos de qualidade como o são indiscutivelmente os apresentados pela Dr.^a Maria João Vaz e pelo Dr. Daniel Seixas de Melo, aqui presentes, mas ainda diversificar os domínios cronológicos e temáticos a recompensar e a estimular, dividindo o prémio por dois séculos, por dois registos historiográficos, e por duas escolas.

Eu próprio, como professor que já teve quatro estudantes seus da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova com o prémio Victor de Sá, tendo dois deles apresentado teses de mestrado orientadas por mim, sei o que significa a atribuição de uma tal distinção quer para quem recebe, quer para a comunidade de investigadores de História Contemporânea em geral.

Creio aliás que assim se corresponde adequadamente aos propósitos altruístas deste prémio em tão boa hora instituído para promover o estudo da História Contemporânea entre as gerações mais novas.

E, com efeito, a atribuição do prémio Victor de Sá ou uma simples menção honrosa é um sinal quase certo de passar a haver uma obra credenciada e circulada não só entre a comunidade universitária e científica como entre os estudiosos de temas históricos em geral.

É o que acontece agora indubitavelmente com o livro de Maria João Vaz, “Crime e Sociedade – Portugal na segunda metade do século XIX”, já editado pela Celta, que também acaba de publicar a obra de Eduardo Viegas Ferreira, “Crime e Insegurança em Portugal – padrões e tendências 1985-1996”, o que só revela como a História não é só uma ciência do passado mas que se enraíza consciente ou inconscientemente, nas preocupações sociais do presente.

A obra apresentada pela Dr.^a Maria João Vaz, a quem se deve a organização prática da revista "Ler História" resulta, como acontece com todos os prémios Victor de Sá, de uma tese de mestrado orientada pela Prof.^a Miriam Halpern Pereira no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, e inscreve-se na encruzilhada de várias ciências sociais como a Sociologia e a Antropologia, mas onde predomina a metodologia histórica, e nem haveria outra para dominar um quadro temporal tão vasto. É a própria autora que integra todos esses elementos dentro de uma perspectiva contextualizada no percurso da historiografia dos últimos 30 anos com especial enfoque na invocada influência da obra de Foucault de 1975 "Surveiller et Punir – Naissance de la Prison".

Mas é na prisão "descoberta do rico manancial contido nos processos crime" que a autora vê o pasto documental mais apetecido para se erguer uma tipologia da criminalidade hierarquizada pelas próprias instituições que a sociedade ergueu para escolher a ilegalidade que se combate organizada e penalmente.

A própria premiada explicará melhor as suas escolhas temáticas e documentação, como está previsto nesta cerimónia.

Já o Dr. Daniel Seixas de Melo mergulhou a fundo nas fontes primárias para a elaboração da sua tese de mestrado "Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)" orientada pelo Prof. Fernando Rosas no âmbito da FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

Outra obra de qualidade, outro período, outra metodologia.

Surpreende positivamente num investigador tão jovem a fácil domesticação do vasto acervo documental que manejou com excelentes resultados expositivos, dando-nos uma vasta panorâmica das concepções, da política e dos órgãos salazaristas em termos da domesticação da cultura popular, ou nos seus próprios termos, uma vasta "abordagem das práticas culturais no plano corporativo" e "no plano não corporativo", além daquele que o autor considera como "a resistência da sociedade civil".

Ao premiado caberá também expor a sua própria obra mas desde já creio

poder interpretar o sentimento do júri e de todos os que já conhecem a sua tese manifestando o anseio que venha a editar rapidamente este meritório estudo que muito trabalho lhe deve ter dado. Ora o prémio Victor de Sá também serve de estímulo às editoras para publicar obras universitárias.

O júri resolveu não atribuir menções honrosas, na medida em que já tinha distinguido mais do que uma obra. É no entanto de salientar a qualidade e a diversidade da dezena de concorrentes, o que fica a atestar não só o prestígio do Prémio como o florescimento da investigação em temas de história contemporânea, quer do séc. XIX quer do séc. XX.

É este o resultado do clima de liberdade cívica e intelectual, cuja origem se deve procurar no 25 de Abril de 1974.

O estado da história em Portugal, em geral, era tal quando a Ditadura foi derrubada que a advertência de Alexandre Herculano exarada na **Introdução** da sua **História de Portugal**, em 1846, ainda adquirira maior pertinência há trinta anos:

“A ciência da história caminha na Europa com passos ao mesmo tempo firmes e rápidos, e se não tivermos o generoso ânimo de dizermos a nós próprios a verdade, os estranhos no-la virão dizer com mais cruel franqueza.”

De facto a historiografia portuguesa teve rapidamente de multiplicar-se em diversas direcções para ocorrer ao enorme atraso em que vivia durante o regime do livro único. Não para responder nacionalisticamente a qualquer arremetida contra “direitos históricos”, ou contra interpretações tidas por contrárias aos interesses nacionais, mas apenas para se conhecer melhor o passado numa perspectiva científica, isto é, livre e plural.

Quem teve a oportunidade de cursar no estrangeiro matérias relacionadas com a história contemporânea, ou mesmo com a história de todas as épocas em geral, deu-se rapidamente conta do abismo conceptual, metodológico, interpretativo que separava as poucas Universidades portuguesa da altura da evolução historiográfica sobretudo europeia. Aconteceu isso certamente a Joaquim Barradas de Carvalho, a Vitorino Magalhães Godinho, a Manuel

Villaverde Cabral, a António Pedro Vicente, a Miriam Halpern Pereira e a tantos outros, como a Victor de Sá.

Aliás, disso mesmo nos dá testemunho Victor de Sá quando segue para Paris nos anos sessenta e toma contacto com os Professores Georges Boisvert e Léon Bourdau, ao afirmar que após o primeiro ano de estágio em França *"compreendi que as formas de saber história que aqui em Portugal nos ministram nas escolas e nas universidades não são na generalidade formas válidas de conhecimento."* (e cito através de Henrique Barreto Nunes).

Este Prémio de História Contemporânea só se tornou, pois, possível após os primeiros resultados científicos e universitários da liberdade intelectual fomentada pela democracia em Portugal.

Aos estudos sobre a realidade portuguesa efectuados no estrangeiro (a maior parte por exilados políticos) veio juntar-se um novo surto de investigações promovidas nalgumas Faculdades e Institutos e que deram origem a uma nova geração de historiadores aos quais este prémio se destina. São estudantes que vieram demonstrar que é possível investigar seriamente no âmbito universitário, por mérito deles certamente, todavia com o encorajamento, a orientação e o julgamento de professores que têm vindo a dar a certas Universidades a dimensão de verdadeiras escolas, que é como quem diz autênticos viveiros de pessoas, ideias e obras.

Sem querer belliscar, nem ao de leve, o mérito dos jovens premiados neste ano é de justiça realçar que foram orientados por historiadores como Miriam Halpern Pereira e Fernando Rosas que de certa maneira são também associados a esta distinção.

Basta, aliás, consultar o *Repertório Bibliográfico de Historiografia Portuguesa (1974-1994)*, editado pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, para nos darmos conta, sem a necessidade de nenhum guia da renovação e da multiplicação dos estudos de história em Portugal.

Conclusão

A emergência da figura do historiador como intelectual deste fim de século XX não deixa de remeter para o tipo de história que se fez e se escreve. De certa maneira o historiador, desde o final da II Guerra Mundial, esteve praticamente ao serviço da Economia, da Sociologia, da Ciência Política. A História quase se deixou arrastar para o estatuto de “ciência auxiliar” das outras ciências sociais, ou de legitimadora de actos desumanos em nome de uma qualquer tecnologia de objectivos finais, perante os quais os fins justificariam os meios.

Tenho repetidas vezes alertado os meus alunos para aproveitarem da melhor maneira o período de grande liberdade intelectual, científica e universitária de que desfrutam hoje nos seus estudos de história, onde praticamente não há interditos institucionais.

Vivemos hoje um tempo ímpar em que o historiador está entregue a si próprio, à sua consciência e inteligência do passado, enfrentando embora as dificuldades temporais, materiais e institucionais que o tornam mártir de uma consciência que é um saber sem aplicação tecnológica ou empresarial.

As Universidades e a expansão mundial de regimes democráticos oferecem ao historiador um quadro sedutor em que a liberdade intelectual, de investigação e de interpretação se alia a uma menor pressão das normas políticas ou ideológicas, para dar ao historiador um campo de acção jamais conhecido.

Há, como é fácil constatar, algumas condicionantes a ter em conta no exercício actual deste *métier d'historie*. Por um lado o aparato universitário das prosas académicas obriga a uma escrita sincopada pela referência erudita, pela nota de pé de página, por um extremoso culto do documento, citado, transcrito, omnipresente na narração, na interpretação, nas escolhas do objecto de estudo. O perigo é ainda maior quando se trata de documentos oficiais produzidos pelo poder político, sobretudo durante a ditadura. Além dos efeitos na lisura da escrita corre-se o risco de reproduzir a propaganda e omitir de novo os silenciados durante o Estado Novo.

Por outro lado, o historiador universitário entregue a si mesmo também pode

significar falta de meios materiais para prosseguir com os seus trabalhos ou para consultar outros arquivos do que aqueles que estão mais perto da porta. (vejamos como a Internet irá revolucionar o âmbito temático e metodológico da escrita na História).

Num tal clima de liberdade e de possibilidade de escolha seria pena que a investigação histórica do período contemporâneo se limitasse a um regime, a uma personagem, a um período limitado e onde a censura imperasse.

Alargar os horizontes da investigação histórica contemporânea quer em termos cronológicos, quer em termos temáticos e problemáticos, quer em termos espaciais, indo além do tão apetecível e apetecido quadro nacional é um imperativo categorizado pela capacidade de escolha que hoje se desfruta.

Também aqui o Prof. Doutor Victor de Sá indicou um rumo possível quando logo na entrega do 1.º Prémio de História Contemporânea em 1994 manifestou o desejo de que esse Prémio se pudesse estender “aos jovens investigadores lusófonos que irão afirmar-se nesses países”, para, e continuo a citar “alcançarmos uma visão conjunta do que foi, ou tem sido, o nosso viver e morrer nesta nossa conjunta época contemporânea – uma história plural, não mais singular.”

Sim, é uma História plural que o nosso tempo necessita e exige.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Não gostaria de terminar esta despreziosa alocução sem me associar à justa homenagem que amanhã esta cidade de Braga presta ao cidadão Francisco Salgado Zenha, companheiro de Victor de Sá no MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Antifascista), e também meu malogrado amigo.

Ocorre-me contar-vos um pequeno episódio passado a Francisco Salgado Zenha a propósito de um estudo que eu tentei levar a cabo sobre a ideologia salazarista quando estava na Universidade de Genebra, final dos anos sessenta.

Dei conta por carta a Salgado Zenha daquele meu desiderato para o qual necessitava de algumas fontes e bibliografias. Na volta do correio pessoal a

minha mulher vinha carregada de livros e com indicações de trabalhos em curso noutras universidades estrangeiras relacionados com aquele assunto.

Sempre disponível, sempre generoso, sempre culto, sempre fraterno e solidário como na juventude, continuava o bracarense Francisco Salgado Zenha.

Se tivesse havido na altura um Prémio Victor de Sá para a generosidade, ele deveria ter sido atribuído a Francisco Salgado Zenha.